

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE N.º 28

EDITORIAL

Na edição n.º 28 da Revista Jurídica Portucalense, a secção intitulada “Investigação Científica” é composta por seis artigos criteriosamente avaliados em conformidade com as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”. A presente edição encerra com um texto, resultante de uma comunicação em congresso, integrado na secção “Varia”. Nesta conformidade, serão apresentados seguidamente de forma breve cada um dos referidos trabalhos integrados nas Partes I e II.

Na parte I “Investigação Científica”, ANA PAULA GUIMARÃES, DANIELA SERRA CASTILHOS e MÁRIO SIMÕES BARATA, no texto intitulado *O conceito de “autoridade judiciária de emissão” a partir dos Processos apensos C-508/18 e C-82/19 PPU (Caso Parquet de Lübeck) e eventuais ecos na Decisão Europeia de Investigação em Portugal*, desenvolvem o conceito de “autoridade judiciária de emissão” no âmbito do direito da União Europeia, analisando as consequências do mesmo no nosso país.

O artigo de DANIELA SERRA CASTILHOS, FÁTIMA PACHECO e MÁRIO SIMÕES BARATA, com o título: *Comentário ao Processo C-324/17, Gavanozov, 24 de outubro de 2019 e o princípio do reconhecimento mútuo versus Direitos Fundamentais*, analisa e comenta a primeira decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia relativamente à Decisão Europeia de Investigação, fazendo o enquadramento da cooperação judiciária em matéria penal e do princípio do reconhecimento mútuo, a partir da Diretiva 2014/42/EU.

Em seguida, MURILLO MAGALHÃES CARRERA analisa *A distinção entre a formulação subjetivista e objetivista da posse e qual é a solução adotada pelo código civil português*, no sentido de contrapor a perspetiva subjetivista, maioritária na esmagadora doutrina e jurisprudência portuguesa, e abordar uma visão diferente sobre o instituto da posse.

Por sua vez, NELSON MACEDO DA CRUZ, em *Os métodos indiretos na investigação tributária dos rendimentos e atos ilícitos*, aborda a problemática da criminalidade tributária, com enfoque na dificuldade probatória da factualidade típica da fraude fiscal, bem como os métodos indiretos de apuramento e determinação da vantagem patrimonial ilegítima por período de tributação.

O artigo da autoria de RENATO ANDRIOLI JR., intitulado o *Direito Internacional do Ambiente e Responsabilidade no Antropoceno*, tem o objetivo de colocar a responsabilidade ambiental em perspetiva, analisando-a no campo do Direito Internacional do Ambiente frente aos desafios da crise ambiental e o seu combate, bem como o refreamento do dano ambiental e o princípio das responsabilidades comuns.

A finalizar a Parte I, RUI MIGUEL PEREIRA SAMPAIO estuda *A problemática da consideração da derrama no crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional*, tendo em vista apurar se a derrama municipal tem reflexos ao nível do crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional, independentemente da existência de uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação com o Estado da Fonte.

Na Parte II “Varia”, publica-se o texto de FÁTIMA PACHECO sobre os *Direitos e princípios: o contributo da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia na política social – é o direito a férias remuneradas um princípio geral de Direito da União invocável contra um empregador privado?*, em que se questiona o sentido e o alcance a dar aos tempos de mudança que, segundo a Autora, o TJUE está a querer imprimir, no tocante aos direitos sociais fundamentais e à invocabilidade horizontal das Diretivas, procurando descortinar se poderão os direitos sociais gozar de um estatuto de igualdade face aos restantes direitos fundamentais, no quadro da jurisprudência mais impactante do TJUE no campo social.

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt